



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Des. Fernando Martins.

22

**CONFLITO DE COMPETÊNCIA Nº 0004004-47.2014.8.17.0000
(0333196-8)**

**SUSCITANTE: JUÍZO DE DIREITO DA VARA XDE SUCESSÕES E
REGISTROS PÚBLICOS DA COMARCA DE OLINDA**

**SUSCITADO: JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA DE SUCESSÕES E
REGISTROS PÚBLICOS DA COMARCA DE RECIFE**

RELATOR: DES. FERNANDO MARTINS

Sexta Câmara Cível

**PROCESSO CIVIL. CONFLITO NEGATIVO DE COMPE-
TÊNCIA. AÇÃO DE INVENTÁRIO. COMPETÊNCIA TER-
RITORIAL. RELATIVA. DECLARAÇÃO *EX OFFICIO*. IM-
POSSIBILIDADE. APLICAÇÃO DA SÚMULA 33 DO STJ.
COMPETÊNCIA FIXADA PERANTE O JUÍZO SUSCITADO**

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de conflito de Competência nº 0333196-8 em que é suscitante o **JUÍZO DE DIREITO DA VARA XDE SUCESSÕES E REGISTROS PÚBLICOS DA COMARCA DE OLINDA** e suscitado o **JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA DE SUCESSÕES E REGISTROS PÚBLICOS DA COMARCA DE RECIFE**.

Acordam os Desembargadores que compõem a Sexta Câmara Cível do Tribunal de Justiça de Pernambuco, à unanimidade de votos, declarar competente o MM Juízo da Segunda Vara de Sucessões e Registros Públicos da Capital, ora suscitado, para processar e julgar a Ação de Inventário relativos aos bens deixados por Maria Da Conceição De Almeida Melo ajuizada por Marli De Almeida Gomes Cabral.

Recife, ¹⁰09 de junho de 2014.


DES. FERNANDO MARTINS - RELATOR

CONFLITO DE COMPETÊNCIA Nº 0004004-47.2014.8.17.0000 (0333196-8)

SUSCITANTE: JUÍZO DE DIREITO DA VARA XDE SUCESSÕES E REGISTROS PÚBLICOS DA COMARCA DE OLINDA

SUSCITADO: JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA DE SUCESSÕES E REGISTROS PÚBLICOS DA COMARCA DE RECIFE

RELATOR: DES. FERNANDO MARTINS

Sexta Câmara Cível

RELATÓRIO

Cuida-se de Conflito de Competência Negativo suscitado pelo Juízo de Direito da Vara de Sucessões e Registros Públicos da Comarca de Olinda/PE, nos autos da Ação de Inventário relativos aos bens deixados por MARIA DA CONCEIÇÃO DE ALMEIDA MELO ajuizada por MARLI DE ALMEIDA GOMES CABRAL, em face do Juízo da 2ª Vara de Sucessões e Registros Públicos da Capital.

O Juízo Suscitado, de ofício, declinou da competência em prol do Juízo Suscitante, sob a alegação de que a falecida residia na cidade de Olinda/PE, conforme declarado em sua certidão de óbito, o que atrairia a competência para processar e julgar a demanda, nos termos do art. 96 do CPC, o douto Juízo da Comarca de Olinda/PE.

O Juízo Suscitante, por sua vez, sustenta, apesar de que "o processamento do inventário e afins na comarca onde o falecido residia possa favorecer a tramitação do feito e, em consequência, os próprios herdeiros, o fato que se trata efetivamente de competência territorial e, como tal, relativa, não podendo ser declarada de ofício." (fl. 06)

A douta Procuradoria de Justiça emitiu parecer pela fixação da competência do Juízo Suscitado, no caso o Juízo 2ª Vara de Sucessões e Registros Públicos da Capital (fls.17/18).

É o relatório.

Recife, 09^{do} de junho de 2014.


DES. FERNANDO MARTINS – RELATOR



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Des. Fernando Martins.

24

CONFLITO DE COMPETÊNCIA Nº 0004004-47.2014.8.17.0000 (0333196-8)

SUSCITANTE: JUÍZO DE DIREITO DA VARA XDE SUCESSÕES E REGISTROS PÚBLICOS DA COMARCA DE OLINDA

SUSCITADO: JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA DE SUCESSÕES E REGISTROS PÚBLICOS DA COMARCA DE RECIFE

RELATOR: DES. FERNANDO MARTINS

Sexta Câmara Cível

VOTO

Cônego do conflito negativo de competência, porque presentes os pressupostos de admissibilidade.

Merece ser acolhida a alegação do Juízo suscitante de ser relativa a competência para o processamento da ação de inventário e, portanto, não podendo ser declinada de ofício. Vejamos:

Da análise dos autos, verifica-se que a ação de Inventário, inicialmente, foi distribuída para a 2ª Vara de Sucessões e Registros Públicos da Capital, tendo o MM Juiz de Direito, em decisão colacionada à fl. 05 dos presentes autos, declinado, de ofício, com base no artigo 96 do CPC, a sua competência para processar e julgar o presente feito em favor da Vara de Sucessões e Registros Públicos da Comarca de Olinda/PE.

De acordo com o art. 96 do CPC¹, a competência para processar e julgar a ação de inventário possui natureza territorial; portanto, relativa. E, segundo o art. 112 do CPC, "*argui-se, por meio de exceção, a incompetência relativa*".

A propósito, transcrevo julgados deste E. Tribunal de Justiça e demais Tribunais, *in verbis*:

CONFLITO NEGATIVO DE COMPETÊNCIA. AÇÃO DE ARROLAMENTO DE BENS DEIXADOS EM VIDA. FORO DIVERSO DO DOMICÍLIO DO FALECIDO. INCOMPETÊNCIA RELATIVA. IMPOSSIBILIDADE DE RECONHECIMENTO DE OFÍCIO.

I- O art. 96 do CPC estabelece a competência do foro do domicílio do autor da herança para ação de inventário e partilha dos seus

¹ CPC, Art. 96. O foro do domicílio do autor da herança, no Brasil, é o competente para o inventário, a partilha, a arrecadação, o cumprimento de disposições de última vontade e todas ações em que o espólio for réu, ainda que o óbito tenha ocorrido no estrangeiro.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Des. Fernando Martins.

25

bens. Na hipótese, a ação de arrolamento foi ajuizada em Comarca diversa do domicílio do falecido.

II- Segundo o enunciado nº 58 da jurisprudência sumulada do extinto TFR: "Não é absoluta a competência definida no art. 96, do Código de Processo Civil, relativamente à abertura de inventário, ainda que existente interesse de menor, podendo a ação ser ajuizada em foro diverso do domicílio do inventariado".

III- Em igual sentido, a 1ª Seção do C. Superior Tribunal de Justiça consolidou, no CC 52.781, Min. Eliana Calmon, j. 23.11.05, DJU 12.12.05, entendimento consoante o qual a competência, em tal hipótese, seria relativa, de modo que não poderia ser declinada de ofício pelo juiz.

IV - A incompetência absoluta pode ser alegada a qualquer tempo, por qualquer das partes, permitindo-se, inclusive, o reconhecimento "ex officio" pelo magistrado, enquanto que a relativa somente pode se argüida no prazo legal, sob pena de preclusão e prorrogação de competência, pela parte interessada, não se admitindo, em nenhuma hipótese, a sua apreciação de ofício.

V- Com efeito, não pairam dúvidas acerca da natureza relativa da regra de competência para julgar as ações de inventário/arrolamento dos bens deixados por falecimento, prevista no art. 96 do Código de Ritos, somente impugnável mediante o manejo de exceção instrumental, não sendo dado ao magistrado, em tais hipóteses, reconhecer sua incompetência de ofício (enunciado nº 33 da Súmula da jurisprudência do STJ).

VI- Conflito conhecido, para declarar competente o Juízo da 2ª Vara de Sucessões e Registros Públicos da capital.

(CONFLITO DE COMPETÊNCIA Nº 303709-6, Terceira Câmara Cível do TJPE, Rel. Desembargador Bartolomeu Bueno, Julgado em 06.06.2013) (Grifei)

PROCESSUAL CIVIL. CONFLITO DE COMPETÊNCIA. INVENTÁRIO E PARTILHA. ARTIGO 96 DO CPC. DECLINAÇÃO DE COMPETÊNCIA DE OFÍCIO. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 33 DO STJ. 1. A competência territorial relativa é definida em atenção aos interesses dos litigantes, não pode o juiz modificá-la de ofício. 2. Cumpre à parte interessada, mediante exceção, requerer a modificação da competência, prorrogando-se caso não seja oposta a exceção declinatoria (artigo 114, do CPC). 3. Conflito de competência julgado procedente. Fixação da competência do Juízo Suscitado. (Acórdão n.740428, 20130020231479CCP, Relator: GETÚLIO DE MORAES OLIVEIRA, 1ª Câmara Cível, Data de Julgamento: 25/11/2013, Publicado no DJE: 03/12/2013. Pág.: 57) (Grifei)

CONFLITO DE COMPETÊNCIA. INVENTÁRIO. ART. 96 DO CPC. COMPETÊNCIA TERRITORIAL. NATUREZA RELATIVA. DECLARAÇÃO DE INCOMPETÊNCIA EX OFFICIO. DESCABIMENTO. Como a regra de competência territorial disposta no art. 96 do CPC é de natureza relativa, não cabe ao julgador declarar-se incompetente de ofício. A ausência de arguição pela via da exceção prorroga a competência para o processamento do feito. **CONFLITO NEGATIVO DE COMPETÊNCIA ACOLHIDO.** (Conflito de Competência Nº 70051976819, Oitava Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Ricardo Moreira Lins Pasti, Julgado em 28/02/2013)



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Des. Fernando Martins.

26

Ressalta-se, ainda, que a Súmula 33 do STJ dispõe que: "a incompetência relativa não pode ser declarada de ofício".

Soa a jurisprudência:

CONFLITO NEGATIVO DE COMPETÊNCIA. 3ª CÍVEL DE ERECHIM E 3ª VARA CÍVEL DE ALEGRETE. AÇÃO DE INVENTÁRIO. DECISÃO DE OFÍCIO DECLINANDO DA COMPETÊNCIA. INVIABILIDADE. De acordo com a doutrina e jurisprudência dominantes, inclusive Súmula n. 33 do STJ, não cabe ao juiz conhecer, sem provocação, sobre a incompetência relativa. Conflito negativo de competência acolhido. (Conflito de Competência Nº 70053727871, Sétima Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Jorge Luís Dall'Agnol, Julgado em 29/05/2013)

PROCESSUAL CIVIL - CONFLITO NEGATIVO DE COMPETÊNCIA - QUESTÃO DE FUNDO CONSUMERISTA - POSSIBILIDADE DE ESCOLHA PELO AUTOR/CONSUMIDOR DE FORO DIVERSO DO SEU DOMICÍLIO - COMPETÊNCIA RELATIVA - DECLARAÇÃO EX OFFICIO - IMPOSSIBILIDADE - APLICAÇÃO DA SÚMULA Nº 33/STJ - COMPETÊNCIA FIXADA PERANTE O JUÍZO SUSCITADO - DECISÃO UNÂNIME. (Conflito de Competência nº 0273529-7, Sexta Câmara Cível do TJ-PE, Rel. Des. José Carlos Patriota Malta, Julgado em 24.08.2012)

PROCESSUAL CIVIL. CONFLITO NEGATIVO DE COMPETÊNCIA. ALVARÁ JUDICIAL. LEVANTAMENTO DE VALORES DEPOSITADOS NO PROGRAMA DE INTEGRAÇÃO SOCIAL - PIS. MORTE DO TITULAR DA CONTA. INCOMPETÊNCIA RELATIVA. PRINCÍPIO DA PERPETUATIO JURISDICTIONIS. AUSÊNCIA DA OPOSIÇÃO DA EXCEÇÃO DECLINATÓRIA DO FORO. SÚMULA 33 DO STJ.

1. O conflito negativo de competência ocorre no momento em que dois ou mais juízes declaram-se incompetentes em ato jurisdicional válido. Desta sorte, é mister verificar se a lei admite que o Juiz se declare incompetente.

2. A incompetência relativa deve ser arguida por meio de exceção, não podendo ser declarada de ofício. Incidência da Súmula 33/STJ, segundo a qual: "a incompetência relativa não pode ser declarada de ofício".

3. Na hipótese, a ação foi proposta no foro de domicílio dos sucessores do instituidor da conta vinculada do PIS/Pasep.

4. Conflito conhecido para declarar competente o Juízo de Direito da 5ª Vara de Família e Sucessões de Santo Amaro/SP.

(CC 102.965/BA, Rel. Ministro BENEDITO GONÇALVES, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 25/03/2009, DJe 06/04/2009) (Grifei)

Assim, uma vez não arguida a incompetência, por meio de exceção, na forma do art. 112 do CPC, não poderia o Juízo Suscitado ter declinado a competência de ofício, portanto, declaro-o competente para processar e julgar o feito.

Isto posto, julgo **procedente** o presente Conflito de Competência Negativa, para declarar competente o MM Juízo da Segunda Vara de

tefh



PODER JUDICIÁRIO
 TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Des. Fernando Martins.

Sucessões e Registros Públicos da Capital, ora suscitado, para processar e julgar a Ação de Inventário relativos aos bens deixados por Maria Da Conceição De Almeida Melo ajuizada por Marli De Almeida Gomes Cabral.

É como voto.

Recife, 10 de junho de 2014.


DES. FERNANDO MARTINS – RELATOR



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GERÊNCIA DE TAQUIGRAFIA

SEXTA CÂMARA CÍVEL - 10.06.2014.

CONFLITO DE COMPETÊNCIA Nº 333.196-8 - OLINDA

SUSCITANTE : JUÍZO DE DIREITO DA VARA DE SUCESSÕES E
REGISTROS PÚBLICOS DE COMARCA DE OLINDA

SUSCITADO : JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA DE SUCESSÕES
E REGISTROS PÚBLICOS DE COMARCA DO RECIFE

RELATOR : DESEMBARGADOR FERNANDO MARTINS

RELATÓRIO ÀS FLS. 23 DOS AUTOS.

VOTO DO RELATOR ÀS FLS. 24/27 DOS AUTOS.

OS EXMOS. SRS. DESEMBARGADORES EVANDRO MAGALHÃES E
PATRIOTA MALTA VOTARAM DE ACORDO COM O RELATOR.

DECISÃO:

"À UNANIMIDADE DE VOTOS, TEVE-SE POR COMPETENTE O JUIZ
SUSCITADO, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR".
